



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0005871-06.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1895/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 893/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 190/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **BRUNO EDUARDO DE SOUZA SPRINDI e outro**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 02 de agosto de 2016, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como dos réus **BRUNO EDUARDO DE SOUZA SPRINDI e ELISEU GIBIN SOLER JUNIOR**, o primeiro devidamente escoltado e ambos acompanhados do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação André Luis Caon e Mário Leandro de Almeida Neto, sendo os réus interrogados ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu Eliseu está denunciado como incurso na sanção do artigo 14 da Lei 10826/03, enquanto que o réu Bruno foi dado como incurso na sanção do artigo 16, da mesma Lei, uma vez que ambos estavam na posse de armas de fogo, municionadas, sendo que o revólver em poder de Bruno estava com a numeração suprimida. A ação penal é procedente. Os policiais confessaram que casualmente surpreenderam os réus andando na via pública e que na abordagem cada um portava a sua arma na cintura; segundo os dois policiais os réus disseram que vieram a São Carlos cometer um roubo e com eles foi apreendido um rolo de fita adesiva. Os dois réus admitiram a posse das armas. O laudo pericial acostado aos autos confirma a eficácia lesiva dos revólveres. Assim, é certa a materialidade e também a autoria. Isto posto, requeiro a condenação dos réus nos termos da denúncia. Em relação a Eliseu, embora primário, entendo que a sua pena não deve ser fixada no mínimo; a pena deve ser fixada de acordo com as circunstâncias do artigo 59, que no caso são bem desfavoráveis; é que conforme depoimento dos policiais ele e o outro corréu vieram para São Carlos para cometer um roubo, ou seja, foram surpreendidos nos atos preparatórios de crime mais grave, o que revela personalidade pré-disposta a prática de crime grave e estavam inclusive com fita crepe, o que inclusive denotava intenção de praticar um roubo com certa dose de gravidade. Em relação a Bruno essas circunstâncias desfavoráveis também são pertinentes, além de seu envolvimento em outras infrações penais, sendo inclusive reincidente pelo crime previsto no artigo 309 do Código de Trânsito. Em relação a Eliseu, que é primário, parece adequada a substituição por pena de serviços à comunidade, sendo que pelas circunstâncias já descritas esta é a sanção mais adequada. Em relação a Bruno, reincidente, e com circunstâncias judiciais desfavoráveis, o regime mais acertado é o semiaberto. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Quanto ao réu Eliseu a arma foi apreendida sendo que a sua confissão corrobora a prova de autoria. Sendo assim, requeiro pena-base no mínimo legal, reconhecimento da atenuante da confissão e da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

menoridade, regime aberto e substituição da pena por restritiva de direitos. Quanto ao réu Bruno desclassificação do crime imputado para o crime previsto no artigo 14, “caput”, uma vez que este não tinha ciência de que a arma estava com a sua numeração suprimida. Requeiro, ainda, fixação da pena-base no mínimo, reconhecimento da atenuante da confissão compensando-a com a agravante da reincidência. Por fim requer fixação de regime aberto e substituição da pena por restritiva de direito, uma vez que não é reincidente específico. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. BRUNO EDUARDO DE SOUZA SPRINDI**, RG 40.593.712 e **ELISEU GIBIN SOLER JUNIOR**, RG 40.814.509, qualificados nos autos, foram denunciados, o primeiro como incurso na sanção do artigo 16, § único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03, e o segundo como incurso na sanção do artigo 14, “caput”, da Lei nº 10.826/03, porque no dia 09 de junho de 2016, por volta das 05:00h, na rua Dr. Carlos Botelho, esquina com a rua José Bonifácio, nesta cidade, policiais militares prenderam em flagrante: ELISEU, porque este portava arma de fogo, de uso permitido, no caso o revólver marca Taurus, calibre 32, numeração 578273, em desacordo com determinação legal e regulamentar(falta de autorização para o porte); e também BRUNO, porque este portava arma de fogo, no caso um revólver, sem marca aparente, calibre 32, com numeração suprimida, em desacordo com determinação legal e regulamentar(falta de autorização para o porte). Segundo foi apurado, na ocasião, policiais militares faziam patrulhamento pelo local acima, quando avistaram os denunciados que caminhavam na via pública, o que chamou a atenção, inclusive pelo horário, razão pela qual estes foram abordados; durante as buscas pessoais, os policiais militares encontraram na cintura de Eliseu, o revólver marca Taurus, calibre 32, de uso permitido, com 4 projéteis intactos. Já na cintura do denunciado Bruno, os policiais encontraram o revólver, sem marca aparente, calibre 32, com a numeração suprimida, também municiado com 4 projéteis intactos. Os denunciados não tinham autorização para o porte das armas. Laudo pericial comprovou a eficácia lesiva dos revólveres que estavam em poder dos denunciados. Os réus foram presos em flagrante sendo a prisão dos mesmos convertida em prisão preventiva (página 40/41). Posteriormente, com relação a Eliseu a prisão foi substituída por medidas cautelares com a soltura do mesmo (página 105). Recebida a denúncia (página 112), os réu foram citados (páginas 113 e 148/149) e responderam a acusação através do Defensor Público (pg.157/160). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e os réus foram interrogados. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu; quanto a Eliseu a aplicação da pena-base no mínimo legal, com substituição por pena restritiva de direitos; quanto ao réu Bruno requereu a desclassificação do artigo 16 para o artigo 14, fixação da pena no mínimo, com substituição por pena restritiva de direito. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares, em patrulhamento preventivo pela cidade, abordaram os réus e com eles encontraram um revólver com cada um, sendo que a arma encontrada com Bruno estava com a numeração suprimida. As armas foram submetidas a exame pericial com resultado positivo para a potencialidade lesiva dos revólveres. Os réus são confessos, porque cada um, embora com justificativa diferente, admitiram a posse das armas que foram encontradas com eles. Portanto, é certa a autoria, como também a materialidade. O laudo pericial também atesta que um dos revólveres estava com a numeração suprimida, situação que confirma a imputação mais grave que foi feita ao réu Bruno. Não é possível acolher a tese do combativo defensor sobre Bruno ignorar a situação real do revólver que portava. Primeiro porque não se tem a certeza de que tudo aconteceu como ele disse. Em segundo lugar o possuidor de arma faz presumir que o mesmo tem pleno conhecimento das condições e características do instrumento que está portando. Impõe-se o acolhimento da denúncia tal como foi formulado. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA IMPOR PENA AOS RÉUS.** Considerando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do CP, em especial que os réus não são possuidores de boa conduta social, porque admitiram fazer uso de droga.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Além disso, diante da situação fática em que ocorreu a abordagem e da informação que os réus prestaram para os policiais e um deles ainda confirmou em juízo, de que pretendiam praticar um roubo, resulta um grau maior de reprovabilidade da conduta dos mesmos, razão pela qual a pena-base de cada crime deve ser acrescida de um sexto, resultando a pena de **Bruno** em três anos e cinco meses de reclusão e onze dias-multa, no valor mínimo, e de **Eliseu** de dois anos e quatro meses de reclusão e onze dias-multa, no valor mínimo. Na segunda fase, em relação a **Eliseu**, reconhecida a atenuante da confissão espontânea e inexistindo causa agravante, reduzo quatro meses na pena restritiva de liberdade e um dia-multa na pecuniária, resultando a sua pena definitiva em dois anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Quanto a **Bruno**, a situação deve ficar inalterada nesta fase, porquanto é ele reincidente (fls. 154) e assim a agravante da reincidência deve ser compensada com a atenuante da confissão espontânea. Para Eliseu entendo possível a aplicação de pena substitutiva, já que ele é primário e esta substituição se mostra adequada e socialmente recomendável. O mesmo não pode ser dito em relação a Bruno porque embora a reincidência não se operou por crime da mesma espécie tem ele contra si vários procedimentos criminais, revelando com isso que a substituição não se mostra suficiente ou tampouco recomendável para a reprovação e prevenção do crime cometido. **CONDENO**, pois, **BRUNO EDUARDO DE SOUZA SPRINDI** à pena de **três (3) anos e cinco (5) meses de reclusão, em regime semiaberto, e onze (11) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o **artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10826/03**. Quanto a **ELISEU GIBIN SOLER JUNIOR**, fica **condenado** à pena de **dois (2) anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo**, substituída a restritiva de liberdade por uma pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo e outra de dez dias-multa, também no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 14 da Lei 10.826/03**. Em caso de reconversão à pena primitiva, o regime será o **aberto**, porque o réu é primário. Fixei o **regime semiaberto para Bruno** por entender que é suficiente para a sua situação e também como estímulo para que venha a se corrigir e mudar de comportamento. Fica mantida a prisão preventiva decretada quanto ao réu Bruno, por entender que continuam presentes os fundamentos e agora com mais razão uma vez que condenado, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade e recomendando o mesmo na prisão em que se encontram. Decreto desde já a perda das armas com envio de tudo para o Exército, inutilizando-se também a fita adesiva. Quanto aos celulares apreendidos deverão ser devolvidos aos réus, lavrando-se o respectivo termo. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSOR:

RÉUS: